



**Assembleia Legislativa**

Nos termos regimentais  
Encaminhe-se ao Protocolo  
Em 24 / 06 / 97  
Simone C. Lago Arcoverde  
Diretora Legislativa

PROJETO DE LEI Nº 038 /97, de 23 de junho de 1997

2

23 06 97  
Wilson

**Disciplina a escolha de Conselheiros do Tribunal de Contas.**

**O PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PIAUÍ DECRETA:**

Art. 1º - A escolha de Conselheiros do Tribunal de Contas, observados os requisitos mínimos estabelecidos no art. 88, § 1º, incisos I a IV, da Constituição Estadual, far-se-á na forma desta Lei.

Art. 2º - No caso dos cinco Conselheiros já escolhidos pela Assembleia Legislativa (art. 88, § 2º, inciso II, da Constituição Estadual), as vagas que se verificarem permanecem a ela vinculadas e serão por ela providas, após arguição pública, em sessão especial, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, em escrutínio secreto.

Art. 3º - Para provimento das duas outras vagas (art. 88, § 2º, inciso I, da Constituição Estadual), observar-se-á o seguinte:

X I - Na primeira vaga que ocorrer, a escolha será feita pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa, permanecendo vinculada ao Poder Executivo a iniciativa de seu preenchimento

X II - Verificada a outra vaga, a escolha será feita pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa, dentre os auditores e, ao vagar, dentre os membros do Ministério Público, alternadamente, indicado em lista tríplice pelo Tribunal de Contas, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.

X III - Quando se tratar de vaga a ser preenchida por membro do Ministério Público, a lista tríplice será elaborada dentre os integrantes de lista sêxtupla, indicada ao Tribunal de Contas na forma prevista na Lei Orgânica do Ministério Público.

Art. 4º - A abertura do processo de escolha será precedida de declaração, pelo Tribunal de Contas, em sessão plenária, da existência da vaga e sua comunicação a quem couber a iniciativa de preenchê-la.

Art. 5º - A aprovação de nomes pela Assembleia Legislativa será realizada após arguição pública, em sessão especial, e procedida pelo voto da maioria absoluta de seus membros, em escrutínio secreto.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Am  
X



## Assembleia Legislativa

Sala das Sessões, em Teresina 23 de Junho de 1997.

**HOMERO CASTELO BRANCO**  
- Deputado -

AL  
AL-1890/97  
24-06-97  
Projeto de Lei  
Nº 1890

### JUSTIFICATIVA

Nos termos do disposto no parágrafo 2º, incisos I e II, do art. 88 da Constituição Estadual, os sete Conselheiros do Tribunal de Contas são escolhidos:

- Dois pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa;
- Cinco pela própria Assembleia Legislativa.

No que pertine à cota da Assembleia, nada a discutir ou a esclarecer, pois ela já a preencheu nos idos de 1992 e 1994, ao eleger os Conselheiros Sabino Paulo Alves Neto, Antônio de Barros Araújo, Jesualdo Cavalcanti Barros, Luciano Nunes Santos e Anfrísio Neto Lobão Castelo Branco. Ao fazê-lo, deu integral cumprimento aos estritos termos do art. 272 do seu Regimento Interno (Resolução nº 174/91, de 31.10.1991), que reza:

**"Art. 272 - Ficará a cargo da Assembleia Legislativa o preenchimento das cinco primeiras vagas de Conselheiro que se verificarem no Tribunal de Contas do Estado, na conformidade dos arts. 63, VI, e 88, § 2º, II, da Constituição Estadual."**

Sendo assim, resta definir e disciplinar o preenchimento das outras duas vagas, cujos ocupantes devem ser escolhidos pelo Governador, com aprovação da Assembleia, mas **"sendo um dentre os auditores ou membros do Ministério Público, alternadamente, indicados em lista tríplice, segundo os critérios de antiguidade e merecimento"** (art. 88, § 2º, inciso I, da Constituição Estadual).

Da análise desse dispositivo emerge a convicção de que cabe ao Governador, com aprovação da Assembleia, preencher livremente uma das vagas, observados os requisitos exigidos para o cargo (art. 88, § 1º, incisos I e IV, da Constituição Estadual).

Mas, qual das duas? A primeira? A segunda? Enfim, em que ordem?

Só a lei pode esclarecer.

Menos polêmica é a discussão em torno do preenchimento da outra vaga, pois a Constituição Estadual, seguindo o modelo expresso no art. 73, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, determina que a escolha se processe dentre os auditores ou membros do Ministério Público, alternadamente.



## Assembléia Legislativa

Ao colocar as duas categorias nessa ordem, isto é, em primeiro lugar os auditores e, em segundo, os membros do Ministério Público, parece-nos fora de dúvida a preferência manifesta na Lei Maior pelos auditores, para que iniciem o processo de alternância.

Contudo, em ambas as questões, é mister legislar sobre o assunto, escoimando o processo de eventuais dúvidas.

É o que pretendo com o presente projeto, que tem o mérito também de vincular as futuras vagas ao Poder que originariamente as preencheu.

Uma assinatura manuscrita em tinta preta, com traços fluidos e uma longa horizontal que se estende para a esquerda.





# Assembleia Legislativa

## FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

RUBRICA	FLS Nº
ANEXOS	NÚMERO
	AL-1890/97

DIRETORIA LEGISLATIVA  
SENTADA

publicação da matéria

03 (três) laudas

25/06/97

*[Signature]*

DV. DE APOIO LEGISLATIVO  
Encaminhado à Diretoria  
Legislativa

Em, 25/06/97

*[Signature]*  
Chefe de Apoio Legislativo

AL DIRETORIA LEGISLATIVA  
Nos termos regimentais  
Encaminhe-se a Redação  
de Atos  
Em 26/06/1997  
*[Signature]*  
Simone C. Lago Arcoverde  
Diretora Legislativa

AL DIRETORIA LEGISLATIVA  
Nos termos regimentais  
Encaminhe-se às Comissões Técnicas  
Em 27/06/1997  
*[Signature]*  
Simone C. Lago Arcoverde  
Diretora Legislativa

AL - DIRETORIA LEGISLATIVA  
Nos termos regimentais  
Encaminhe-se a Sec. Geral  
de Imprensa  
Em, 26/06/97  
*[Signature]*  
Dr. Francisco Jesus Vieira  
Diretor Legislativo



**Assembleia Legislativa**

PROCESSO Nº 17.000.000

26/08/97  
*[Signature]*

Assembleia Legislativa

Presidência da República  
Decreto

28/04/99

*[Signature]*

Ministro da Justiça  
Carlos de Azevedo



## Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de  
Constituição e Justiça  
para os devidos fins.  
Em 30, 06 / 1997  
eloagu  
Consignação de M. Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo de Comissões Técnicas

Ao Deputado Kleber  
Carvalho  
para relatar  
Em 05, 08, 97  
[Assinatura]  
Presidente da Comissão de  
Constituição e Justiça



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROCESSO Nº AL-1890/97

NATUREZA DO PROCESSO: PROJETO DE LEI Nº 035/97

ASSUNTO : DISCIPLINA A ESCOLHA DE CONSELHEIROS  
DO TRIBUNAL DE CONTAS

AUTOR : Dep. HOMERO CASTELO BRANCO

RELATOR : Dep. KLEBER EULÁLIO

1. O Projeto de Lei sob exame, de autoria do Dep. Homero Castelo Branco, objetiva regulamentar o processo de escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, na conformidade do disposto no art. 88, § 2º, incisos I e II da Constituição Estadual, *in verbis*:

"Art. 88 - ... omissis ...

§ 2º - Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão escolhidos:

I - dois pelo Governador, com aprovação da Assembléia Legislativa, sendo um dentre os auditores ou membros do Ministério Público, alternadamente, indicados em lista tríplice, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.

II - cinco pela Assembléia Legislativa."

2. A vista do enunciado no inciso I do citado dispositivo constitucional, há que se reconhecer que, em verdade, a matéria comporta o questionamento a que alude o nobre autor do Projeto em causa, posto que ali não se encontra explicitada a ordem de precedência quanto ao preenchimento da 1ª vaga que ocorrer.





Concedido vista ao processo AL 1890/97  
do Dep. Marcelo Coêlho  
Em 30 / 03 / 99  
[Assinatura]  
Presidente da Comissão de Consti  
tuição e justiça

Concedido vista ao processo AL 1890/97  
do Dep. Beal Júnior  
Em 02 / 03 / 99  
[Assinatura]  
Presidente da Comissão de Consti  
tuição e justiça

3. Demais disso, ainda que do texto em exame resulte o entendimento de que o preenchimento de uma das vagas será de livre escolha do Governador do Estado, tal liberdade de escolha do Chefe do Poder Executivo com relação à outra vaga está circunscrita aos 03 (três) nomes constantes da lista tríplice de que trata o referido artigo da Constituição Estadual.

4. Por último, resta considerar ainda que no caso do preenchimento da vaga atribuída aos auditores ou membros do ministério público, subsiste, igualmente, dúvidas quanto à precedência, nada indicando qual seria a categoria profissional a ser distinguida em primeiro plano.

5. Evidenciadas, assim, as dúvidas em torno do assunto, impõe-se o reconhecimento quanto à oportunidade e conveniência da iniciativa do Dep. Homero Castelo Branco em apresentar o Projeto de Lei sob apreciação, cumprindo considerar que quanto ao inciso II supra referenciado e que diz respeito ao preenchimento de 05 (cinco) vagas pela Assembleia Legislativa, aliás, já devidamente preenchidas, não subsiste qualquer indagação, tratando-se, assim, de matéria pacificada. Art. 272 do RJ

6. Ante o exposto, e encontrando-se o Projeto de Lei sob análise em consonância com a Lei Maior do Estado e em conformidade com o Regimento Interno desta Casa, entendo que se lhe deve dar seguimento, com vistas à sua aprovação final.

É o meu voto.

Concedido vista ao processo AL - 1890/97  
do Dep. Humberto Reis  
Em 02 / 09 / 97  
[Assinatura]  
Presidente da Comissão de Consti  
tuição e justiça

[Assinatura]  
Dep. KLEBER EULÁLIO  
Relator

Concedido vista ao processo AL 1890/97  
do Dep. Prodo Júnior  
Em 16 / 03 / 99  
[Assinatura]  
Presidente da Comissão de Consti  
tuição e justiça



Assembléia Legislativa do Estado do Piauí  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDAS AO PROJETO DE LEI  
QUE DISCIPLINA A ESCOLHA DE  
CONSELHEIROS DO TRIBUNAL  
DE CONTAS DO ESTADO.

RELATOR: DEP. HUMBERTO REIS

EMENDA N.º 01 - MODIFICA O INCISO II DO ART. 3º:

Art. 3º .....

**“II. - Verificada a outra vaga, a escolha será feita pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembléia Legislativa, dentre os auditores e, ao vagar, dentre os membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, alternadamente, indicados em lista tríplice pelo Tribunal de Contas, segundo os critérios de antigüidade e merecimento.”**

EMENDA n.º 02 - SUPRESSIVA - EXCLUI O INCISO III DO ART. 3º *Emenda nº 02*

Fica excluído o inciso III. Do art. 3º do projeto.

JUSTIFICATIVA

Tramita por esta Casa Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Sr. Deputado Moisés Reis que dispõe sobre a criação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, da qual este Parlamentar funcionou como relator.

Estas emendas visam adaptar o projeto à novo Emenda Constitucional.

*Luciano*

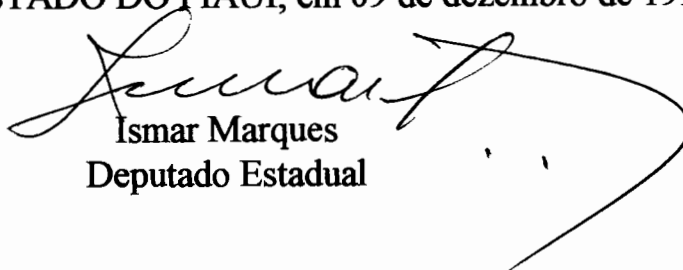
*Emenda nº 01*

<b>APROVADO</b> em, <u>13 / 04 / 99</u> Presidente da Comissão <i>Constitucional</i> <i>e justiça</i>
---

*Emenda nº 02*

<b>APROVADO</b> em, <u>13 / 04 / 99</u> Presidente da Comissão <i>Constitucional</i> <i>e justiça</i>
---

Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça da ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, em 09 de dezembro de 1997.



Ismar Marques  
Deputado Estadual

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDAS AO PROJETO DE LEI  
QUE DISCIPLINA A ESCOLHA DE  
CONSELHEIROS DO TRIBUNAL  
DE CONTAS DO ESTADO.

*Emenda nº 03*

REJEITADO
em, 13 / 04 / 99
Presidente da Comissão <i>Constituição e</i>
<i>Justiça</i>

EMENDA Nº 03 SUPRESSIVA - AO PROJETO DE LEI Nº 038 DE  
23.06.97

Art. 1º - .....requisitos estabelecidos.....(suprimir o termo "mínimos") *Emenda nº 04*

EMENDA Nº 04 – MODIFICA O INCISO I DO ART.3º

Art.3º.—.....

APROVADO
em, 13 / 04 / 99
Presidente da Comissão <i>Constituição e</i>
<i>Justiça</i>


I – Na primeira vaga que ocorrer, a escolha será feita livremente pelo Governador, com aprovação da Assembléia Legislativa, permanecendo vinculada ao Poder Executivo a iniciativa de futuros provimentos.

**JUSTIFICATIVA**

O termo suprimido no art 1º não consta nas Constituições Federal e Estadual.

No inciso I do art. 3º inserimos a palavra "**livremente**", apenas para reforçar que cabe ao governador indicar o nome de sua livre escolha, obedecidos os requisitos constitucionais.

Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça da ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, em 22 de Março de 1999.

  
Wilson Nunes Martins  
Deputado Estadual

X



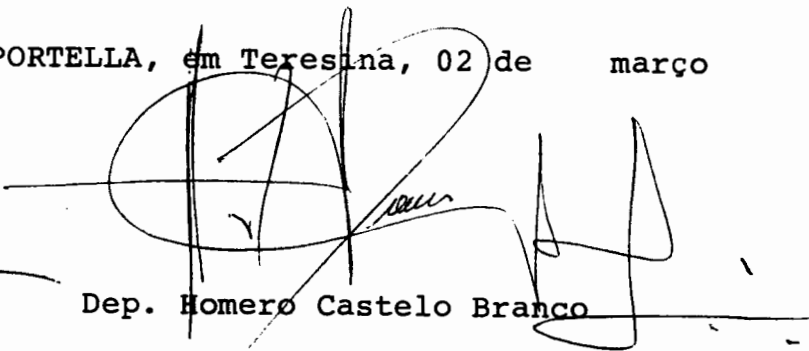
**Assembléia Legislativa**

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí

*Autoriz  
gltm fubli  
8.3.99*

O deputado estadual, Homero Castelo Branco, vem de conformidade com o art. 102, parágrafo único do Regimento Interno, requerer a Vossa Excelência que nos termos do art. 19, II, "d" do mesmo diploma legal autorize o desarquivamento do Projeto de Lei nº 046/98, de 12.11.98, processo AL-2524/98 e Projeto de Lei nº 038/98, de 23.06.97, processo AL-1890/97.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, em Teresina, 02 de março  
de 1999.

  
Dep. Homero Castelo Branco



**Assembleia Legislativa**

Ao Presidente da Comissão de  
Constituição e Justiça  
para os devidos fins.  
Em 06 / 04 / 1999  
Ebago  
Conceição de Mr. Lage Rodrigues  
Chefe do Núcleo de Comissões Técnicas

Ao Deputado Leel Thunior

para relatar

Em 05/04/99

[Signature]  
Presidente da Comissão de  
Constituição e Justiça

**AL — DIRETORIA LEGISLATIVA**  
Nos termos regimentais

Encaminhe-se a Autógrafo

Em 05/05 / 19 99

PIP

[Signature]  
**Dr. Francisco Jesus Vieira**  
Diretor Legislativo

**PROVIDENCIADO**

06 / 05 / 99  
[Signature]  
Chefe da Seção de Autógrafos



AL-1890/97

**Assembléia Legislativa**

GAB.DEP.LEAL JÚNIOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Matéria: Projeto de Lei-AL nº 038/97

Assunto: Disciplina a escolha de Conselheiros  
do Tribunal de Contas.

Autor: Deputado Homero Castelo Branco

Relator: Deputado Leal Júnior

P A R E C E R

Desarquivado na forma do parágrafo único do Art. 102 do Regimento Interno desta Casa, agora nos chega o Projeto de Lei AL Nº 038/97, de autoria do Deputado HOMERO CASTELO BRANCO, que disciplina a escolha de Conselheiros do Tribunal de Contas, para manifestação sobre as Emendas oferecidas pelo ex-Deputado Ismar Marques e Deputado Wilson Martins.

Conforme consta dos autos, a matéria foi objeto de acurado exame por parte do Deputado KLÉBER EULÁLIO, que concluiu favorável a sua aprovação.

Após procedermos a análise das Emendas nºs 01, 02, 03 e 04, inclusas no respectivo Processo e, em aditamento ao Parecer expresso às fls. 06 e 07, comportamos fazer as conclusões seguintes:

1. A proposição respeita os requisitos essenciais de constitucionalidade e de regimentalidade;
2. Endossamos a argumentação feita pelo Deputado Kléber Eulálio a respeito da matéria;
3. Acatamos as Emendas nºs 01 e 02 de auto-

31



AL-1890/92

**Assembléia Legislativa**

GAB.DEP.LEAL JÚNIOR

- 2 -

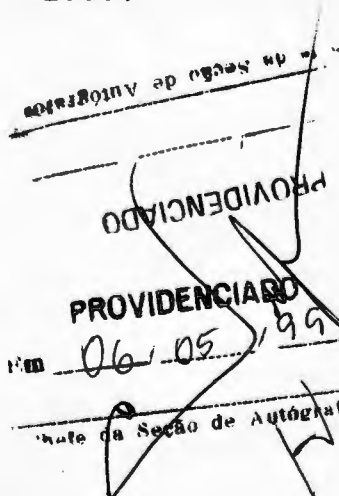
ria do ex-Deputado Ismar Marques, tendo em vista a necessidade de adequar o Projeto à Emenda Constitucional que trata da criação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas;

4. Sugerimos a rejeição da Emenda nº 03, de autoria do Deputado Wilson Martins, por entendermos que a mesma não traz mudança substancial capaz de justificar o seu aproveitamento e ao mesmo tempo o acolhimento da Emenda Modificativa nº 04, também de sua autoria, incidente sobre o inciso I do Art. 3º do Projeto em análise, por entendê-la pertinente.

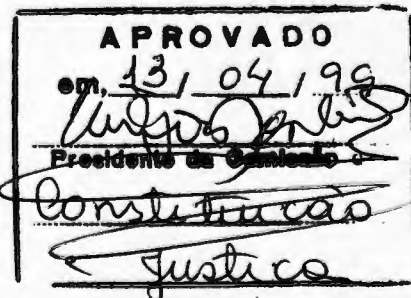
Nestas condições, votamos pela aprovação do Projeto com as Emendas números 01, 02 e 04 e rejeição da Emenda nº 03, por irrelevante.

É o Parecer.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 08 de abril de 1999.



Dep. Leal Júnior  
Relator



fi. Hum...  
Wilson...

M U





## Assembléia Legislativa



PROJETO DE LEI Nº 038/97, DE 23 DE JUNHO DE 1997

REDAÇÃO FINAL

Disciplina a escolha de Conselheiros do Tribunal de Contas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - A escolha de Conselheiros do Tribunal de Contas, observados os requisitos mínimos estabelecidos no art. 88, § 1º, incisos I a IV, da Constituição Estadual, far-se-á na forma desta Lei.

Art. 2º - No caso dos cinco Conselheiros já escolhidos pela Assembléia Legislativa (art. 88, § 2º, inciso II, da Constituição Estadual), as vagas que se verificarem permanecem a ela vinculadas e serão por ela providas, após arguição pública, em sessão especial, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, em escrutínio secreto.

Art. 3º - Para provimento das duas outras vagas (art. 88, § 2º, inciso I, da Constituição Estadual), observar-se-á o seguinte:

I - Na primeira vaga que ocorrer, a escolha será feita livremente pelo Governador, com aprovação da Assembléia Legislativa, permanecendo vinculada ao Poder Executivo a iniciativa de futuros provimentos.

II - Verificada a outra vaga, a escolha será feita pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembléia Legislativa, dentre os auditores e, ao vagar, dentre os membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, alternadamente, indicados em lista triplíce pelo Tribunal de Contas, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.

Art. 4º - A abertura do processo de escolha será precedida de declaração, pelo Tribunal de Contas, em sessão plenária, da existência da vaga a sua comunicação a quem couber a iniciativa de preenchê-la.



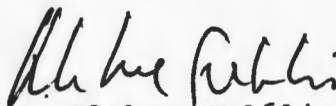
**Assembleia Legislativa**

**APROVADO**

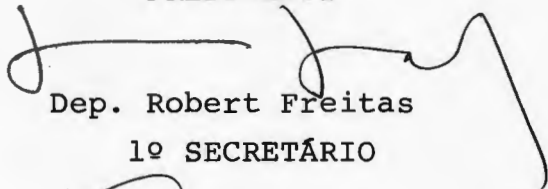
Art. 5º - A aprovação de nomes pela Assembleia Legislativa será realizada após arguição pública, em sessão especial, e procedida pelo voto da maioria absoluta de seus membros, em escrutínio secreto.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

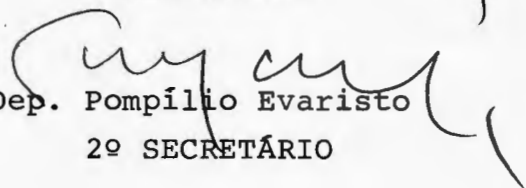
MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, em atribuição de Comissão Técnica, arts. 17 inciso XXVI e 183 e 184 do Regimento Interno, em Teresina, 28 de abril de 1999.

  
Dep. Kleber Eulálio

PRESIDENTE

  
Dep. Robert Freitas

1º SECRETÁRIO

  
Dep. Pompílio Evaristo

2º SECRETÁRIO



**Assembléia Legislativa**

AL-P-(SGM) 236

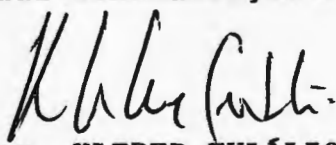
Teresina, 06 de maio de 1999

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Exce<sup>l</sup>ência para encaminhar-lhe, na conformidade do art. 78 da Consti<sup>t</sup>uição Estadual, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo Projeto de Lei que:

"DISCIPLINA A ESCOLHA DE CONSELHEIROS  
DO TRIBUNAL DE CONTAS".

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Exce<sup>l</sup>ência, protestos de especial consideração e elevado apreço.

  
Dep. KLEBER EULÁLIO

Presidente

Excelentíssimo Senhor

Doutor FRANCISCO DE ASSIS DE MORAES SOUSA

Digníssimo Governador do Estado

Palácio de Karnak

Local



**Assembléia Legislativa**

AL-P-(SGM) 236

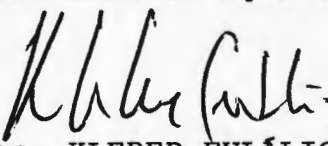
Teresina, 06 de maio de 1999

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Exce<sub>l</sub>ência para encaminhar-lhe, na conformidade do art. 78 da Consti<sub>t</sub>uição Estadual, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo Projeto de Lei que:

"DISCIPLINA A ESCOLHA DE CONSELHEIROS  
DO TRIBUNAL DE CONTAS".

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Exce<sub>l</sub>ência, protestos de especial consideração e elevado apreço.

  
Dep. KLEBER EULÁLIO  
Presidente

Excelentíssimo Senhor

Doutor FRANCISCO DE ASSIS DE MORAES SOUSA

Digníssimo Governador do Estado

Palácio de Karnak

Local



## Assembléia Legislativa

3

LEI Nº , DE DE 1999.

"Disciplina a escolha de  
Conselheiros do Tribunal de  
Contas".

### O PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PIAUÍ

#### D E C R E T A:

Art. 1º - A escolha de Conselheiros do Tribunal de Contas, observados os requisitos mínimos estabelecidos no art. 88, § 1º, incisos I a IV, da Constituição Estadual, far-se-á na forma desta Lei.

Art. 2º - No caso dos cinco Conselheiros já escolhidos pela Assembléia Legislativa (art. 88, § 2º, inciso II, da Constituição Estadual), as vagas que se verificarem permanecem a ela vinculadas e serão por ela providas, após arguição pública, em sessão especial, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, em escrutínio secreto.

Art. 3º - Para provimento das duas outras vagas (art. 88, § 2º, inciso I, da Constituição Estadual), observar-se-á o seguinte:

I - Na primeira vaga que ocorrer, a escolha será feita livremente pelo Governador, com aprovação da Assembléia Legislativa, permanecendo vinculada ao Poder Executivo a iniciativa de futuros provimentos.

II - Verificada a outra vaga, a escolha será feita pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembléia Legislativa, dentre os auditores e, ao vagar, dentre os membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, alternadamente, indicados em lista tríplice pelo Tribunal de Contas, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.




## Assembléia Legislativa

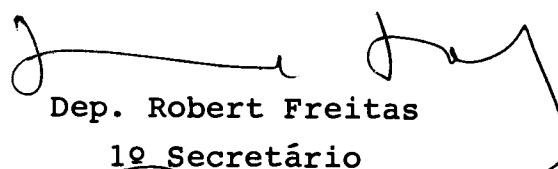
Art. 4º - A abertura do processo de escolha será precedida de declaração, pelo Tribunal de Contas, em sessão plenária, da existência da vaga a sua comunicação a quem couber a iniciativa de preenchê-la.

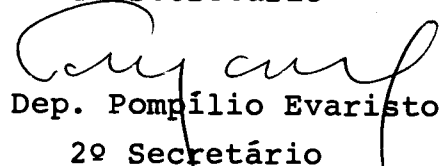
Art. 5º - A aprovação de nomes pela Assembléia Legislativa será realizada após arguição pública, em sessão especial, e procedida pelo voto da maioria absoluta de seus membros, em escrutínio secreto.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO  
PIAUÍ, em Teresina, 06 de maio de 1999.

  
Dep. Kleber Eulálio  
Presidente

  
Dep. Robert Freitas  
1º Secretário

  
Dep. Pompílio Evaristo  
2º Secretário



## Assembléia Legislativa

LEI Nº , DE DE 1999.

"Disciplina a escolha de  
Conselheiros do Tribunal de  
Contas".

### O PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PIAUÍ

#### D E C R E T A:

Art. 1º - A escolha de Conselheiros do Tribunal de Contas, observados os requisitos mínimos estabelecidos no art. 88, § 1º, incisos I a IV, da Constituição Estadual, far-se-á na forma desta Lei.

Art. 2º - No caso dos cinco Conselheiros já escolhidos pela Assembléia Legislativa (art. 88, § 2º, inciso II, da Constituição Estadual), as vagas que se verificarem permanecem a ela vinculadas e serão por ela providas, após arguição pública, em sessão especial, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, em escrutínio secreto.

Art. 3º - Para provimento das duas outras vagas (art. 88, § 2º, inciso I, da Constituição Estadual), observar-se-á o seguinte:

I - Na primeira vaga que ocorrer, a escolha será feita livremente pelo Governador, com aprovação da Assembléia Legislativa, permanecendo vinculada ao Poder Executivo a iniciativa de futuros provimentos.

II - Verificada a outra vaga, a escolha será feita pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembléia Legislativa, dentre os auditores e, ao vagar, dentre os membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, alternadamente, indicados em lista tríplice pelo Tribunal de Contas, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.






## Assembléia Legislativa

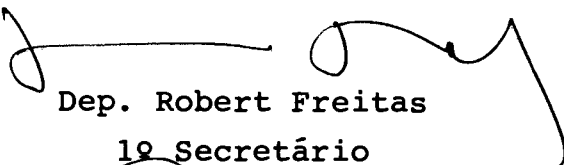
Art. 4º - A abertura do processo de escolha será precedida de declaração, pelo Tribunal de Contas, em sessão plenária, da existência da vaga a sua comunicação a quem couber a iniciativa de preenchê-la.

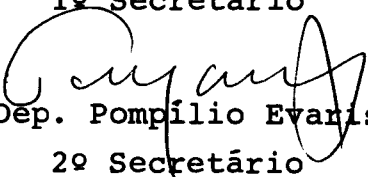
Art. 5º - A aprovação de nomes pela Assembléia Legislativa será realizada após arguição pública, em sessão especial, e procedida pelo voto da maioria absoluta de seus membros, em escrutínio secreto.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO  
PIAUI, em Teresina, 06 de maio de 1999.

  
Dep. Kleber Eulálio  
Presidente

  
Dep. Robert Freitas  
1º Secretário

  
Dep. Pompílio Evanisto  
2º Secretário